

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR NA PERSPECTIVA FORMATIVA: limites e possibilidades¹

Nívea Maria Coelho Barbosa de Almeida

Mestre em Ciências da Educação
Universidade do Estado do Pará - UEPA
uepacoarag@gmail.com

RESUMO

A relevância que a avaliação educacional tem adquirido em âmbito nacional e internacional, especialmente a partir dos anos 1990, tem repercutido nos intramuros da escola, suscitando reflexões acerca do real papel desta nesse contexto. Duas são as principais vertentes avaliativas praticadas: a classificatória e a formativa. A primeira com origem na escola tradicional, privilegia os resultados em detrimento do processo. A segunda, possibilitando professores e alunos à informações e tomada de decisões no processo. O estudo buscou desvelar as metodologias avaliativas de uma escola pública. A coleta de dados foi efetuada através de entrevistas semiestruturadas, observação e análise documental. A pesquisa consistiu em um estudo de caso. Participaram 02 Professoras, 03 Orientadores e 50 alunos da 3ª série e 4º ano do Ensino Fundamental. Das conclusões do estudo, constata-se que avalia-se prioritariamente na modalidade classificatória. Não tendo como foco central a aprendizagem, mas a transmissão mecânica dos conteúdos.

Palavras-chave: Avaliação. Metodologias. Intervenção Pedagógica.

Introdução

Muito se têm debatido nos meios acadêmicos e em âmbito escolar sobre a importância da avaliação da aprendizagem para o processo educativo. Luckesi (2011) delineou-a como componente do ato educativo. As formas de sua utilização assumida pelos professores definem qual função a mesma desempenha na educação. Políticas Públicas são pensadas e elaboradas a partir dos resultados das avaliações nacionais.

¹Projeto de Pesquisa

Elencamos como objetivo do estudo em tela, compreender como é desenvolvido o processo de avaliação na escola, e como são encaminhados os resultados dessas avaliações, com vistas à superação das dificuldades apresentadas pelos alunos e o avanço nas aprendizagens propostas no currículo.

A avaliação educacional nas últimas quatro décadas tem assumido o status de pedra angular da educação. Barreto (2001) fala do papel central que a avaliação tem assumido na formulação de políticas públicas de educação. Esse é um de seus papéis, o de reguladora, por parte do Estado, das ações ocorridas no interior da escola. Porém, quando a mesma possibilita ao aluno tomar consciência de sua situação de aprendizagem, ela assume o modelo de autorregulação. A esse respeito, Hadji (2001) comenta,

A autorregulação torna-se a chave do sistema, peça mestra de todo o dispositivo pedagógico. Mas está claro que a força do dispositivo é ser pedagógico. É a preocupação de facilitar as aprendizagens que lhe dá sentido e coerência. (HADJI, 2001, p. 68).

Não se pode ignorar a importância desse instrumento como um dos pilares da educação. Porém, apesar das inúmeras possibilidades de utilização a favor das aprendizagens dos alunos e de sua emancipação social, a mesma tem sido vista e sentida com muita preocupação por parte daqueles que se sentem prejudicados por seus efeitos. Tem despertado os mais primitivos sentimentos: alegria/sofrimento, sucesso/fracasso, vitória/derrota, dominação/submissão, poder/fraqueza, onipotência/impotência, somente para exemplificar os efeitos desse tão temível meio de verificação da aprendizagem.

No que se refere ao papel da escola nesse contexto, tal fato se agrava ainda mais, tendo em vista que ao assumir tal postura (omissão e/ou reprodução) a escola se coloca na posição de “Aparelho Ideológico do Estado”, como bem definiu Althusser e outros, em sua classificação dos aparelhos de reprodução das ideologias dominantes do Estado, os quais se colocam ou são colocados a serviço da manutenção do *status quo*, de uma minoria privilegiada. Excluindo, dessa forma, a qualquer preço, aqueles que de certa forma não atendem aos ditames e interesses dessa sociedade de classes, onde os menos favorecidos são, via de regra, marginalizados, abandonados e, conseqüentemente, excluídos pela omissão ou ação ineficiente do Estado.

Os resultados das avaliações externas e em larga escala praticadas no Brasil, divulgados pelo MEC - Ministério da Educação e Cultura. Revelam a baixa qualidade do ensino brasileiro. Apesar

dos avanços percebidos nos últimos anos, especialmente na educação básica, ainda se constata que muitos alunos não conseguem avançar, e outros, não conseguem acompanhar. São impelidos a abandonar a escola.

1 Conceituando o Termo Avaliação

Para Luckesi (2011), a avaliar é diferente de verificar, testar, e por isso “envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer *ante* ou *com ele*. A verificação é uma ação que ‘congela’, a avaliação, por sua vez, direciona o objeto numa trilha dinâmica de ação.” (LUCKESI, 2011, p. 53). Nesse importante esclarecimento a respeito do termo em análise, o autor faz uma nítida diferenciação entre a verificação e a avaliação.

1.2 Verificação ou Avaliação: O Que se Pratica na Escola?

Muito se tem discutido a respeito da prática avaliativa escolar, porém, os discursos na sua grande maioria denunciam que de certa forma o que se pratica na escola é muito mais a verificação do que a avaliação, a esse respeito, o subcapítulo a seguir apresenta reflexões interessantes a respeito do assunto.

A prática avaliativa desenvolvida nas escolas nos deixa confusos sobre o que realmente se pratica em seu interior. Na maior parte das vezes, nem sempre o que é confessado condiz com o praticado. Mas uma coisa é certa: nossos alunos, via de regra, estão abandonados à própria sorte. A escola, de um modo geral, está desistindo de seus alunos; os erros cometidos pelos alunos, na tentativa de resolução das questões propostas, têm sido condenados pelos professores.

A literatura especializada registra uma grande quantidade de enfoques, funções, definições e modelos de avaliação. Sabe-se, entretanto, que a avaliação da aprendizagem tem servido de instrumento de dominação, poder e controle por parte de governos e instituições escolares, materializadas por aqueles que seriam os responsáveis pela emancipação dos sujeitos - os professores - e a equipe gestora da escola.

Nessa mesma linha de raciocínio, Luckesi (2011, p 112) pontua que “a prática classificatória da avaliação é antidemocrática, uma vez que não encaminha para uma tomada de decisão para o avanço, para o crescimento”. Numa sociedade desigual como é a brasileira, a luta

pela superação de tais desigualdades deve ser assumida como tarefa de todos e não somente dos grupos internos à escola.

Esse é um dos motivos que tem despertado críticas a respeito da avaliação da aprendizagem, tanto por parte de professores quanto de especialistas em educação, em razão das diversas mudanças ocorridas na sociedade nos últimos tempos e conseqüentemente nos paradigmas impostos por essa sociedade.

Então, lançamos a indagação: para que serve mesmo a escola? Senão para transformar, humanizar, qualificar, emancipar dentre outros adjetivos imprescindíveis ao nosso pleno desenvolvimento? O paradigma atual de sociedade requer pessoas com altos padrões de desempenho, reconhecidas qualificações, inúmeras competências e habilidades que deverão ser desenvolvidas, prioritariamente na escola, a partir de uma educação contextualizada com os fatos globais e locais. Educação essa que vise o pleno desenvolvimento de seus educandos. Através de um processo formativo comprometido em atender as rápidas mudanças que ora assistimos acontecer na sociedade contemporânea.

Nesse contexto, surge a avaliação da aprendizagem escolar como veículo dessas mudanças. Instrumento auxiliador dos educadores nesse processo de formação humana, na medida em que o orienta, leva os atores desse mesmo processo: professor, alunos, pais/responsáveis a refletirem sobre o andamento de cada um individualmente e coletivamente, na busca pela superação dos obstáculos e, conseqüentemente, por melhores resultados. Sobrinho (2003) reforça que a avaliação se transformou em uma importante questão de Estado. E salienta o aumento de organismos governamentais criados para regular e controlar a educação. Prova disso são as avaliações externas e em larga escala criadas com o objetivo de controlar a educação em grande parte dos países do mundo.

2 Resultados e Discussão

Esse estudo revelou que, na escola pesquisada, segundo os relatórios finais do ano de 2011, menos que 50% dos alunos possuem conhecimento alfabético, 20% lê fluentemente, 20% lê com dificuldade, 10% não lê, 20% apresentam dificuldade com a escrita, 38% apresentam dificuldades em cálculos e 48% não dominam conhecimentos da série anterior.

Após análise quantitativa referente aos dados acima descritos, pode-se inferir que o nível de aprendizagem dos alunos das duas turmas apresenta uma situação desfavorável. Pois, se ao final

de um ciclo de estudo onde a aprovação é automática, menos da metade dos alunos lê fluentemente, isso indica que ações precisam ser adotadas para a minimização da situação vislumbrada.

Outros elementos levantados durante a realização do estudo nos permite apontar alguns resultados da pesquisa.

Assim, mesmo tendo consciência dos limites da pesquisa, nos arriscamos a responder o objetivo central a que nos propomos no início deste estudo, concluindo que: a) o processo avaliativo desenvolvido na escola tem acontecido sem um embasamento teórico adequado que o oriente; b) Que o mesmo não tem atendido às determinações dos documentos legais como, LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e outro; c) Que falta um planejamento sistemático que o embase; d) Que não se vislumbrou uma discussão coletiva no sentido de se construir uma avaliação que de fato cumpra seu papel de mediadora no processo, visando dar respostas aos problemas de aprendizagem escolar e de defasagem de conhecimentos que ora se destacam na escola; e) que não basta aprovar os alunos de uma série para outra, o desafio é garantir a aprendizagem de Todos os alunos; f) que as concepções pedagógicas adotadas pelos atores da escola estão mais vinculadas às formas classificatórias e que as metodologias de avaliação adotadas tem se pautado nas provas de papel e lápis.

Assim, a tomada de decisão a partir dos dados coletados no sentido de se efetivar uma avaliação formativa, nos moldes que apresentamos na construção teórica desse estudo, ainda não é uma realidade nessa escola.

Conclusões

Das conclusões do nosso estudo podemos destacar que na escola pesquisada, especialmente nas duas salas onde realizamos o estudo, a modalidade avaliativa se apresenta mais para classificatória que para formativa, apontando que a avaliação praticada não tinha como foco central a aprendizagem e sim a nota.

Os documentos orientadores a respeito da prática avaliativa utilizados na escola pesquisada se encontram incompletos e, portanto, não oferecem o suporte necessário ao trabalho dos professores.

Os critérios de avaliação são definidos individualmente pelos próprios docentes. O estudo permitiu também constatar que falta articulação entre o trabalho desenvolvido pelas docentes com a

atuação dos técnicos. Porém, apesar desses obstáculos, foi possível perceber que existem tentativas de melhorias das metodologias adotadas, tanto pelos docentes como pelos técnicos, assim, a ressignificação das práticas encontra-se em processo de construção por parte da equipe pesquisada.

Referências

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1997.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá Barreto. A Avaliação na Educação Básica Entre Dois Modelos. Artigo publicado no periódico *Educação e Sociedade*, n. 75.pp. 48-63, 2001.

HADJI, C. *Avaliação Desmistificada*. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. *Avaliação da Aprendizagem: Componente do Ato Pedagógico*. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições*. São Paulo: Cortez, 22ª edição, 2011.

